



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA

INFORMATIVO SINDICAL



www.cnti.org.br

MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET

Brasília-DF, 30 de março de 2026



Aniversariantes

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI parabeniza o(a) companheiro(a) pela data especial.



28 de março
Joaquim Bezerra de Menezes Neto
Presidente da
FTI do Estado do Rio Grande do Norte



30 de março
Maria Raimunda Corrêa Coimbra
Presidente da
FTI do Estado do Pará e Amapá



30 de março
Sônia Maria Zerino
Presidente da NCST e
Secretária da Mulher, Juventude e Idoso/CNTI



Encontro Nacional de Mulheres com Deficiência fortalece participação social



Nos dias 26 e 27 de março do corrente ano, Brasília sediou o Encontro Nacional de Mulheres com Deficiência: Nossas Vozes, Nossos Direitos, no auditório do Hotel San Marcos. O evento reuniu lideranças, ativistas, pesquisadoras e gestoras públicas de diferentes regiões do país para debater temas fundamentais para a promoção dos direitos das mulheres com deficiência, como combate ao capacitismo, enfrentamento às violências e participação política.



Para Isadora Nascimento Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o encontro representa um espaço importante para fortalecer a participação das mulheres com deficiência na construção das políticas públicas: "A participação social é um elemento fundamental para a construção de políticas públicas que respondam às realidades vividas pelas mulheres com deficiência. Este evento fortalece o diálogo entre governo e sociedade civil e amplia as possibilidades de incidência política das mulheres com deficiência".

A Secretaria para Assuntos da Mulher, Juventude e Idoso da CNTI e Presidente da NCST, Sonia Zerino



[Confira a programação...](#)

Brasília-DF, 30 de março de 2026

compôs a mesa de abertura representando o Conselho Nacional do Direito da Mulher-CNDM, em sua fala como conselheira afirmou que não há justiça social sem inclusão, não há democracia plena quando mulheres são excluídas dos espaços de decisão. E o compromisso do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), vinculado ao Ministério das Mulheres, com as mulheres com deficiência foca na **interseccionalidade**, visando combater a dupla invisibilidade (gênero e deficiência) e promover a participação social, autonomia econômica e enfrentamento à violência. O CNDM atua como ponte para garantir que as demandas específicas dessas mulheres sejam incluídas no diálogo entre o governo federal e a sociedade civil.



Durante o encontro foi instituído o Fórum Nacional de Mulheres com Deficiência, como um espaço de articulação de redes, fortalecimento da mobilização social e construção de agendas coletivas em defesa dos direitos das mulheres com deficiência.

Desemprego sobe para 5,8% em fevereiro, mas é o menor para o trimestre

© Wilson Dias/Ag. Brasil



Rendimento médio mensal atingiu R\$ 3.679, maior já registrado

A taxa de desemprego no trimestre encerrado em fevereiro atingiu 5,8%, valor acima do trimestre móvel terminado em novembro, quando era de 5,2%.

Apesar da alta no intervalo, o resultado é o menor para um trimestre encerrado em fevereiro desde 2012, quando começou a série histórica da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, e mostrou também recorde no salário do trabalhador. No mesmo trimestre de 2025, o índice era 6,8%.

No trimestre terminado em fevereiro, o Brasil tinha 102,1 milhões de pessoas ocupadas e 6,2 milhões à procura de trabalho. No trimestre de setembro a novembro de 2025 eram 5,6 milhões de brasileiros em busca de vagas.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No trimestre terminado em novembro, o número de ocupados era 874 mil a mais. De acordo com o instituto, o aumento da desocupação é explicado por perda de vagas nos segmentos de saúde, educação e construção.

A coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy, atribuiu a redução ao comportamento sazonal, ou seja, típico da época do ano, principalmente nas áreas de educação e saúde.

“Parte expressiva dos ocupados é provida por contratos temporários no setor público. Na transição de um ano para outro, há um processo de encerramento dos contratos vigentes, repercutindo no nível da ocupação dessa atividade.”

Recorde no rendimento

Apesar da elevação recente na taxa de desocupação, o rendimento médio mensal do trabalhador no trimestre encerrado em fevereiro atingiu R\$ 3.679, o maior já registrado, ficando 2% acima do trimestre encerrado em novembro de 2025 e 5,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esse valor é real, ou seja, já desconta a inflação dos períodos de comparação.

“O crescimento do rendimento vem sendo impulsionado pela grande demanda de trabalhadores, acompanhada de tendência de maior formalização em atividades de comércio e serviços”, afirmou Adriana Beringuy.

Mais destaques da pesquisa:

- Número de empregados no setor privado com carteira assinada foi de 39,2 milhões, estável em relação ao trimestre móvel terminado em novembro e em relação ao mesmo período de 2025;
- Número de trabalhadores por conta própria ficou em 26,1 milhões, estável entre trimestres seguidos e aumentou 3,2% ante o mesmo período de 2025 (mais 798 mil pessoas);
- Taxa de informalidade foi de 37,5% da população ocupada (ou 38,3 milhões de trabalhadores

Brasília-DF, 30 de março de 2026

informais), contra 37,7% do trimestre encerrado em novembro. Informais são trabalhadores sem garantias trabalhistas, como cobertura previdenciária e férias.

CrITÉRIOS

A pesquisa do IBGE apura o comportamento do mercado de trabalho para pessoas a partir de 14 anos e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo.

Pelos critérios do instituto, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

A maior taxa de desocupação já registrada na série iniciada em 2012 foi de 14,9%, atingida em dois períodos: nos trimestres móveis encerrados em setembro de 2020 e em março de 2021, ambos durante a pandemia de covid-19. A menor foi 5,1% no quarto trimestre de 2025.

Fonte: Agência Brasil

Sindicalismo e Dieese debatem soberania



O Dieese e as Centrais Sindicais convidam para debate em Defesa dos Dados Oficiais e da Soberania Nacional. Evento vai acontecer dia 6 de abril, das 9 às ao meio-dia, no auditório da Escola Dieese, no Centro de São Paulo.

A discussão parte integrantes de um movimento em defesa das pesquisas científicas, estatísticas nacionais e instituições públicas produtoras de dados e conhecimento no Brasil. É um debate necessário e urgente.

O Brasil é totalmente dependente quanto ao armazenamento de dados, e isso fragiliza nossa soberania frente às bigtechs e às potências econômicas. O controle e o acesso a banco de dados é estratégico e urgente.

Data: 6 de abril

Horário: 9 às 12 horas

Local: Auditório da Escola Dieese. Rua Aurora, 957, térreo, Centro de SP – Próximo ao Metrô República (saída pela Rua do Arouche).

Fonte: Agência Sindical

Brasil tem recorde de 66,8% dos trabalhadores na previdência social



Cobertura previdenciária alcança 68,2 milhões de pessoas ocupadas

No trimestre encerrado em fevereiro, o Brasil atingiu o patamar recorde de 66,8% da população ocupada contribuindo para algum regime previdenciário, o que significa 68,196 milhões de trabalhadores cobertos pela Previdência Social.

Esse é o maior percentual registrado desde 2012, quando começou a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua.

Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que coleta informações sobre a participação no mercado de trabalho com pessoas de 14 anos ou mais.

Ao contribuir para institutos de previdência, o trabalhador adquire garantias, como aposentadoria, benefício por incapacidade e pensão por morte, por exemplo.

Apesar do percentual recorde, o Brasil teve número maior de contribuintes para a previdência no quarto trimestre de 2025, quando foram contabilizados 68,496 milhões. Naquele trimestre, os contribuintes foram 66,5% do total de ocupados.

O IBGE considera contribuintes os empregados, empregadores, trabalhadores domésticos e por conta própria que tenham contribuído para institutos de

Brasília-DF, 30 de março de 2026

previdência oficial federal (INSS ou Plano de Seguridade Social da União), estadual ou municipal.

Matéria completa:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-03/brasil-tem-recorde-de-668-dos-trabalhadores-na-previdencia-social>

Fonte: Agência Brasil

Comissão aprova regras para uso de IA no ambiente de trabalho

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados aprovou proposta que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o uso da inteligência artificial (IA) no ambiente corporativo – criando salvaguardas contra a discriminação algorítmica e protegendo a saúde mental dos empregados submetidos ao controle automatizado.

A comissão aprovou o Projeto de Lei 3088/24, do deputado Júnior Mano (PSB-CE), com mudanças sugeridas pelo relator, deputado Lucas Ramos (PSB-PE).

A redação original previa uma série de obrigações diretas para empregadores, como a transparência de algoritmos em processos seletivos e multas fixas em caso de descumprimento.

Já o texto aprovado ajusta a redação para dar maior segurança jurídica, flexibiliza a aplicação de multas (ao retirar o valor fixo) e insere a negociação coletiva como instrumento de defesa do emprego frente à automação.

"O projeto contribui para inserir o país no debate internacional sobre os limites éticos e jurídicos da automação, com ênfase na centralidade do ser humano no processo produtivo", explicou Lucas Ramos.

Negociação coletiva

Pelo texto aprovado, a decisão sobre a introdução de novas tecnologias que afetem postos de trabalho passa a ter a participação sindical. O texto estabelece os seguintes pontos prioritários:

- **Prevenção de danos:** empregadores devem adotar medidas razoáveis para prevenir impactos à saúde física e mental (ansiedade e estresse) decorrentes do controle por IA;

- **Papel dos sindicatos:** a adoção de IA que impacte a estrutura ocupacional poderá ser objeto de negociação coletiva para preservar empregos ou reduzir jornadas;

- **Fiscalização gradual:** o Poder Executivo fiscalizará as normas, aplicando sanções de forma escalonada (notificação, advertência e multa).

Fiscalização e Penalidades

O projeto original condicionava a aplicação de uma multa fixa de R\$ 2 mil por empregado a ser paga pelas empresas em caso de violação das normas.

Já o texto aprovado atribui a definição do valor à regulamentação do Poder Executivo e cria um processo administrativo prévio, garantindo que haja primeiro uma etapa de orientação e adequação antes da punição financeira.

Transparência

O projeto também define regras para a transparência algorítmica em processos de seleção e promoção, exigindo que os critérios sejam auditáveis e livres de discriminação, além de prever a criação de um selo de boas práticas para empresas responsáveis.

Próximos passos

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisada pelas Comissões de Trabalho e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

